



www.idn.gov.pt • idn@idn.mdn.gov.pt

Nº 14

Agosto 2006

Instituto da Defesa Nacional

*Líbano, o Sectarismo das Facções – Reflexo Político das Tensões Internas **

Teresa Leal Coelho
Assessora no IDN

Em 2005, após a retirada das tropas de ocupação sírias, realizaram-se as primeiras eleições livres no Líbano desde 1976 quando Damasco iniciou a ocupação do país. A propósito das eleições parlamentares de 2005 especulou-se sobre a capacidade do novo governo para implementar e consolidar o regime democrático no Líbano, com autonomia face à Síria. Mas o desafio que então se colocou e se coloca ao governo libanês não se esgota na relação com a Síria. Para além das questões relacionadas com a independência nacional, o respeito pela soberania e pela integridade territorial, as preocupações mais prementes relacionam-se com o estado das tensões internas que fomentaram a guerra civil entre 1975 e 1990, bem

como com as ligações que essas facções têm com Estados e regimes circundantes. O sectarismo das facções que operam no território do Líbano, bem como as capacidades logísticas e a vocação ideológica de algumas dessas facções são um factor de instabilidade na região.

Das eleições para a designação dos 128 mandatos ao Parlamento do Líbano, resultou a definição de alguns dos vectores relativos às orientações estratégicas políticas escolhidas pelo eleitorado representadas em três coligações*.

Antes de mais, o sinal decorrente do resultado obtido pela coligação “*Rafik Hariri Martyr List*” – aliança entre Said Hariri, sunita, filho do assassinado primeiro ministro Rafiq Hariri, líder do Tayyar al-Mustaqba,

e Walid Jumblatt que representa a minoria Druza, dissidente da facção pro Síria, líder do Partido Socialista Progressista. A coligação “*Rafik Hariri Martyr List*” que representa a oposição anti Síria e integra alguns dos mais notáveis políticos cristãos, garantiu a eleição de 72 lugares no Parlamento.

Outra força política saída das eleições de 2005 no Líbano, que garantiu 21 lugares no Parlamento, é o FPM (*Movimento de Patriotas Livres*), liderado pelo General Michel Aoun, um cristão maronita que liderou um golpe falhado contra a Síria em 1989, após o que se exilou em França. Depois da retirada da Síria regressou ao Líbano decorridos 15 anos de exílio. A aliança de última hora com Suleiman Franjeh, um

* Este texto reporta-se a acontecimentos ocorridos até Julho 2006.

cristão maronita, ex-ministro, integrado num proeminente *clan* pro Síria, valeu-lhe ganhos eleitorais significativos em algumas regiões cristãs do Líbano e fez dele um dos mais influentes líderes maronitas por reacção ao alinhamento de alguns notáveis cristãos libaneses na coligação predominantemente mulçumana “*Rafik Hariri Martyr List*”.

Por último, a coligação “*Bloco para a Resistência e Desenvolvimento*”, aliança entre o Amal e o Hezbollah, garantiu a eleição de 35 lugares no Parlamento Libanês, dos quais 14 distribuídos ao Hezbollah. O partido Amal é liderado pelo shiita Nabih Berri, considerado um dos principais colaboradores da Síria no Líbano. O Hezbollah que significa “Partido de Deus” é liderado por Hassan Nasrallah.

O Hezbollah é reconhecido e categorizado em três vertentes. Se por um lado é um partido político legalizado e concorrente nas eleições no Líbano, por outro lado é reconhecido e catalogado como milícia armada radical shiita, com forte implantação no sul do Líbano. Geneticamente opositor de Israel, o Hezbollah foi criado em 1982 como resposta à invasão por Israel do Líbano. Aquando da fundação integrou membros da coligação de 1980 dos grupos conhecidos como a Jihad Islâmica. O seu código genético centra-se no propósito de criação de um Estado

fundamentalista Islâmico à imagem do Irão.

O Hezbollah, milícia armada, opera a partir do território do Líbano, particularmente nas zonas de maior implantação shiita o que inclui partes de Beirute, designadamente dos subúrbios de Beirute e a região Sul do Líbano. O Hezbollah mantém células a operar na Europa, em África e na América do Sul e do Norte. Se Hassan Nasrallah é considerado o líder espiritual e político do Hezbollah, Imad Favez Mugniyah foi sendo considerado o cérebro do Hezbollah no planeamento de acções terroristas. O Hezbollah é reconhecido internacionalmente como responsável pelo planeamento e operação de diversos ataques terroristas contra os Estados Unidos da América, Israel e outros alvos ocidentais. Entre tais atentados, desde os anos oitenta, incluem-se diversos raptos de ocidentais no Líbano nos anos 80; o atentado suicida que vitimou 200 militares norte-americanos em Beirute em 1983; o desvio do voo TWA 847 em 1985; os atentados bombistas em 1992 e 1994 contra alvos judeus na Argentina, nomeadamente a Embaixada de Israel em Buenos Aires de que resultaram 29 mortos, e o Centro Comunitário Judeu, do qual resultaram 95 mortos; em Julho de 2006 o rapto dos soldados Israelitas.

Apesar da integração na estrutura política democrática do Líbano na

sequência das eleições de 2005, e apesar da determinação nesse sentido expressa na resolução 1559 aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 2 de Setembro de 2004, o Hezbollah mantém a dualidade enquanto partido político legalizado e milícia armada ilegal. A referida resolução, não executada, determina a dissolução e o desarmamento das milícias armadas a operar no Líbano nos seguintes termos: “*O Conselho de Segurança, “1. Reafirma a chamada para o estrito respeito pela soberania, integridade territorial, unidade e independência política do Líbano sob a exclusiva autoridade do Governo do Líbano; 2. Determina que todas as forças estrangeiras saiam do Líbano; 3. Determina a dissolução e desarmamento de todas as milícias libanesas ou não libanesas; 4. Apoia a extensão do controlo pelo Governo do Líbano a todo o território libanês; 5.(...); 6. Determina a todas as partes envolvidas para que cooperem plena e urgentemente com o Conselho de Segurança na implementação desta resolução e de todas as resoluções relevantes relativas à plena restauração da integridade territorial, soberania plena e efectiva, e independência política do Líbano. 7. (...).”*

Na terceira vertente de acção, o Hezbollah (não obstante tratar-se de acção política proporciona a formação e o recrutamento, por um lado

de eleitores, mas por outro, de militantes para a causa subjacente à acção armada) exerce uma relevante actividade no sector social no Líbano, fornecendo a milhares de shiitas Libaneses apoio social, creches, escolas, hospitais e apoio ao sector agrícola. É ainda operador de um canal de televisão por satélite.

* in: http://en.wikipedia.org/wiki/Politics_of_Lebanon

Africa, Segurança e Acesso aos Recursos Petrolíferos

Vasco Rato
Assessor no IDN

A edição de 2006 do *BP Statistical Review of World Energy* relata que África produz 12% dos hidrocarbonetos mundiais, um montante que, previsivelmente, atingirá os 20% até ao final da década. Estima-se que, nesse mesmo período, os Estados Unidos da América passarão a importar 20% do seu petróleo de África – actualmente, 15% das suas importações são oriundas desse continente. Nos últimos anos, em consequência da estratégia de modernização económica traçada pelas autoridades chinesas, Sudão,

Angola, Congo e Nigéria passaram a fornecer 28% do petróleo consumido nesse país. Considerando estes dados, não surpreende que África, e o Golfo da Guiné em particular, tenham emergido como um dos palcos mais importantes da política mundial. E se Nigéria e Angola são os dois maiores países produtores da África Subsariana, as reservas confirmadas em países até agora periféricos como Gabão, Camarões, Chade, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe – estimadas em 60 mil milhões de barris – estão a transformar a paisagem geoestratégica da região.

Recentemente, o *Wall Street Journal*, alertou que a China “fez de África a sua linha da frente na sua busca de influência internacional”. Com o intuito de assegurar futuros fornecimentos de hidrocarbonetos, a China passou a concorrer com os países e as empresas petrolíferas ocidentais tradicionalmente dominantes em África. Regra geral, os investimentos de Beijing realizam-se em países ostracizados pelo Ocidente, particularmente naqueles que são acusados de graves violações dos direitos humanos. A esses regimes, China também proporciona apoios políticos importantes nas organizações internacionais. Por exemplo, no Sudão, onde trabalham mais de 10,000 chineses, Beijing activamente colabora com um governo comprometido com

a condução do genocídio em Darfur, ameaçando recorrer ao veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas para impedir a aprovação de sanções.

Em países carentes de investimentos, os chineses providenciam capital para construir infra-estruturas de transporte, ligações telefónicas, refinarias e outros equipamentos, ao mesmo tempo que inundam os mercados locais com produtos de consumo de baixo preço. Em Março de 2004, o governo chinês concedeu a Angola \$2 mil milhões em “soft loans”, o que permitiu a Luanda recusar um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) em troca da verificação internacional dos contratos de petróleo. Mais recentemente, em Julho de 2005, a China assinou um acordo no valor de \$800 milhões com a Nigéria, e pondera um investimento adicional na ordem dos \$7 mil milhões. Para todos os efeitos, a concessão de empréstimos chineses reduz as pressões políticas oriundas do exterior, assim reforçando os regimes da região.

Face à investida chinesa, os Estados Unidos, que depois do 11 de Setembro começaram a olhar para o petróleo africano como uma fonte de produção alternativa ao Golfo Pérsico, adoptam uma estratégia dual em relação ao continente. Por um lado, passaram a encorajar processos de democratização e trans-

parência, insistindo que as receitas do petróleo sejam utilizadas para promover o bem-estar das populações. Por outro lado, a fim de garantir a segurança e o acesso aos recursos petrolíferos, Washington aumenta a sua presença militar na região, criando, para o efeito, bases militares no Senegal e noutros Estados da região. Porém, como acontece na Guiné Equatorial, os dois objectivos traçados por Washington por vezes colidem. Nestes casos, a China, porque se recusa a colocar condicionais políticos, surge como um parceiro privilegiado dos regimes africanos.

Apesar das suas potencialidades energéticas, o Golfo da Guiné continua a ser uma região marcada pela instabilidade. Governos instáveis, grupos terroristas, guerras civis e a violência étnica são alguns dos riscos manifestados na região. A Nigéria é o país mais atingido por estes fenómenos. A corrupção, o cri-

me organizado, movimentos islamitas e a violência étnica no Delta – a principal região produtora de petróleo – ameaçam a estabilidade da produção do oitavo maior exportador mundial. Estima-se que entre 70.000 a 300.000 barris de petróleo são desviados diariamente por grupos criminosos e rebeldes. A receita – nunca inferior a 1.5 mil milhões de dólares por ano – é canalizada para a compra de armas para subverter o governo. A repressão e a corrupção política em países como a Guiné Equatorial constituem outra fonte de preocupação quanto à estabilidade a longo prazo.

Apesar dos riscos, o petróleo do Golfo da Guiné não acarreta algumas das desvantagens verificadas no Golfo Pérsico. Primeiro, porque grande parte do petróleo se situa offshore, a instabilidade política e social que ocorre em vários países produtores raramente atinge directamente as operações

de extracção. Segundo, dado que o transporte do gás e do petróleo se faz através de mares abertos – é desnecessário percorrer os “choke points” por onde passa grande quantidade dos hidrocarbonetos de Ásia e do Médio Oriente –, a segurança dos fornecimentos é mais fácil de garantir. Terceiro, tratando-se de “sweet crude” de alta qualidade, o petróleo do Golfo da Guiné é ideal para as refinarias chinesas e americanas. E, na óptica dos Estados Unidos, a redução da sua dependência relativamente ao petróleo do Médio Oriente aumenta a sua margem de manobra diplomática.

À medida em que se esgotam as fontes tradicionais energéticas, o Golfo da Guiné passará a ser um palco importante do mapa geoestratégico futuro. Por isso, Portugal, cujos laços com alguns dos países da região são robustos, tem toda a vantagem em definir uma estratégia sustentável para o Golfo da Guiné.

O Brasil e a Comunidade Sul-Americana de Nações

A Comunidade Sul-Americana de Nações (CSAN) foi formalmente instituída em Cuzco (Perú), a 8 de dezembro de 2004, na reunião dos Presidentes dos 12 países do sub-continente: os 4 do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), os 5 da Comunidade

Andina de Nações (Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia), e ainda o Chile, Suriname e Guiana.

A iniciativa deu continuidade a passos anteriores, exprimindo o empenho em ultrapassar as distâncias entre os Estados. Em 1991 foi criado o Mercosul e como declarou Fernando

Henrique Cardoso, em 2001, o “*Mercosul é mais que um mercado; o Mercosul é, para o Brasil, um destino*”, sendo a AFTA - American Free Trade Association -, de origem norte-americana, “uma opção” à qual pode ou não aderir-se. Começando por ser uma área de comércio livre e

Mendo Henriques
Director do DID - IDN

de projectos da infra-estrutura, visa reforçar a capacidade da negociação dos países da região perante os grandes blocos económicos mundiais, e pode gerar um processo de integração semelhante ao da União Europeia.

A iniciativa da CSAN exprime a posição conjunta brasileira e argentina, cuja aliança estratégica reproduz o modelo europeu dos anos 50 de aliança entre a França e a Alemanha, que originou a CEE. Mas compete com outros dois projectos de integração do sub-continente: a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – projecto defendido pelos EUA mas enfraquecido depois da recente Cimeira das Américas, em 2006, em Mar del Plata; e a Alternativa Bolivariana para as Américas - ALBA - lançada por Hugo Chávez, com o apoio de Cuba e Bolívia. Em Julho de 2006, a Venezuela assinou a adesão plena ao Mercosul, com um prazo de quatro anos para se integrar completamente. Chávez tem objectivos próprios e considerados excêntricos mas defende a articulação entre a ALBA e o Mercosul, como eixo para uma futura Comunidade Sul-Americana de Nações.

As dificuldades deste projecto são imensas e começam logo pelas rivalidades e sentimentos chauvinistas dos estados sul-americanos. Uma multiplicação simples permite concluir que as visões distorcidas da

imagem de cada país, em cada um dos doze estados da região, originam um caos de opiniões contraditórias e de avaliações complexas na comunicação social, com o qual tem de conviver o pensamento estratégico. Esta será a principal razão para o lançamento muito recente de obras de autores da chamada “Escola de Brasília”. Nelas, os objectivos da política externa brasileira são formulados por escrito, e submetidos ao crivo do debate e ao julgamento da História. Após três anos de governo Lula, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty, lançou a obra *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2006. A perspectiva brasileira nas relações internacionais é também abordada do ponto de vista institucional do Ministério da Defesa, em *O Brasil no Cenário internacional de defesa e segurança*, antologia organizada por Almeida Pinto, Ramalho da Rocha, e Pinho da Silva, Ministério da Defesa, Brasília 2005. Na comunidade académica, tem-se ainda destacado o professor Luiz Alberto Moniz Bandeira, nomeadamente em *As relações perigosas; Brasil-Estados Unidos, de Collor a Lula 1990-2004*, que demonstrou o carácter estratégico da aliança entre o Brasil e a Argentina para a formação da CSAN. Característica comum destas obras é apresentarem de forma integrada

os grandes desafios da governação brasileira. O primeiro é a eliminação gradual das disparidades sócio-económicas internas. O segundo é a eliminação das vulnerabilidades externas, que são económicas, mas também tecnológicas, políticas, militares e ideológicas. O terceiro é a realização do potencial económico, político e militar. A solução proposta é de que os interesses nacionais brasileiros de longo prazo apenas podem ser defendidos no quadro de uma América do Sul integrada. Como diz Samuel Guimarães, o Brasil necessita de trabalhar “*em favor da emergência de um sistema mundial multipolar no qual a América do Sul venha a constituir um dos pólos*”.

A América do Sul – diferentemente da “América Latina” – é uma região cuja contiguidade geográfica gera uma agenda comum de desafios e pode inserir-se na economia mundial de forma a aproveitar a globalização e melhorar dos seus padrões de bem-estar social.

Ao promover a criação da CSAN, o Brasil tem um objectivo estratégico; converter o conjunto dos países do subcontinente em poder mundial, económico e político. A América do Sul dos Doze tinha em 2004, uma área de 17 milhões km², 360 milhões de habitantes, integração linguística com o português e o castelhano; uma das maiores reservas mundiais de água e de biodiversidade, além dos

imensos recursos minerais, pesca e agricultura. O Brasil tinha um PIB de 1.375.000 milhões US\$ (2003), a Argentina de 435.500 milhões US\$ e a CAN de 596.760 milhões US\$; com os 5 estados pequenos adicionais é um PIB conjunto superior ao da Alemanha (números de 2003).

A aliança Brasil-Argentina joga um papel estratégico fundamental nesta integração. O que o embaixador Pinheiro Guimarães formula para o

Brasil são os objectivos convergentes das nações da América do Sul: “*Os quatro grandes desafios do Brasil são a redução, gradual e firme, das extraordinárias disparidades sociais, a eliminação das crónicas vulnerabilidades externas, a construção do potencial brasileiro e a consolidação de uma democracia efectiva, em um cenário mundial violento, imprevisível e instável*”. Compreender esta caracterização como

um desafio comum seria já um passo gigantesco na direcção da formação da poliarquia sul-americana cujos objectivos são compatíveis com a renovada presença da cultura e investimentos portugueses no Brasil e no sub-continente. ■

Da Revolução à Desilusão

Bernardo Pires de Lima
Investigador no IDN

A “revolução laranja”, nome pela qual ficou conhecida a maciça demonstração de vontade da Ucrânia em terminar com as acusações de corrupção, intimidação eleitoral e fraude na vitória do candidato pró-russo, Vicktor Yanukovych (2004), não tem conhecido um percurso fácil desde então. Se, por um lado, o desejo de uma grande parte da população resultou na anulação daquele acto eleitoral por parte do Supremo Tribunal, convocando um outro que deu a vitória ao candidato Yushchenko, pró-Occidental (Janeiro de 2005) - acalentando a inclusão do país na União Europeia e na NATO - a debilidade governativa do último ano terminou em eleições legislativas antecipadas, sob as quais tem sido complicado garantir um executivo estável politicamente.

Mais do que a situação interna da Ucrânia, jogou-se no contexto da “revolução laranja” um jogo de influência e capacidade de atracção entre a Rússia e a UE/Estados Unidos, em que ambos os lados procuraram no desfecho eleitoral a certeza de poderem contar com Kiev como futuro aliado. Porquê? Tendo em conta a dimensão do país, os quase 50 milhões de habitantes e a situação geográfica que ocupa - a Sul da Bielorrússia -, uma Ucrânia ocidental isolaria aquele Estado em redor da Polónia, Lituânia, Letónia e Estónia, debilitando em grande medida a capacidade de influência de Moscovo na sua outrora esfera de influência. Para estes últimos, e tendo em conta os alargamentos a Leste da NATO e da UE, ver ainda mais reduzido o seu poder regional seria um rude

golpe nas tradicionais aspirações imperiais que acompanham a sua longa história.

No entanto, 2005 e 2006 mostraram que a ocidentalização da Ucrânia foi afinal um *wishfull thinking*. Se em termos internos a relação entre o Presidente Yushchenko e a Primeira-Ministra Yulia Tymoshenko não foi a melhor - com acusações de corrupção e gestão danosa que terminaram na demissão da líder do Governo em Setembro último -, as eleições de Março revelaram um retrocesso no processo que se havia desencadeado em 2004. Resultado deste acto eleitoral: 33% para o Partido das Regiões de Yanukovych, 22% para o Bloco Yulia Tymoshenko e 14% para o Bloco “Nossa Ucrânia”, do Presidente Yushchenko. Aparentemente, a formação de uma coliga-

ção governamental não teria grande futuro, até porque a agenda do partido mais votado advogava abertamente uma política externa pró-russa, negava a entrada na NATO e procurava fortalecer uma aliança de proventos energéticos com a Bielorrússia, a Rússia e o Cazaquistão.

Sob este espectro, Yulia Tymoshenko apelou aos valores da “revolução laranja” e encetou esforços para formar uma coligação com o partido do Presidente, de modo a deixar de fora a linha pró-Moscovo de Yanukovych. Assim aconteceu, o que acabou por representar uma dupla derrota para Yushchenko, que havia vencido alguns meses antes o candidato mais votado agora, além de ter proporcionado uma nova legitimidade à Primeira-Ministra por si demitida.

Até hoje, a sustentabilidade governamental não tem tido grandes melhorias, nem tão pouco um sinal de credibilidade dos seus agentes, uma vez que a desconfiança entre o Presidente e a Primeira-Ministra, cujos partidos compunham a coligação, tem vindo a crescer. Como referia a *Economist* há poucas semanas, a fronteira entre a política e os negócios na Ucrânia é muito ténue, o que provoca constantes turbulências entre parceiros políticos quando interesses económicos e energéticos estão em jogo. Em meados de Julho último, o Presidente

voltou a quebrar o pacto com a Primeira-Ministra, convidando o seu eterno adversário Yanukovych para liderar uma grande coligação, o que revela o completo fracasso nas aspirações reformistas ucranianas iniciadas em 2004.

Se a nível interno a situação não acalenta grandes euforias, o cenário internacional após o aparente triunfo da “revolução laranja” também não contribuiu para a estabilidade interna. A ocidentalização da Ucrânia, que acalentava acelerar a entrada na NATO e na UE, não correspondeu o total empenhamento dos seus interlocutores. Sobretudo europeus. Relatos sobre o primeiro mês da Presidência de Yushchenko dão-nos conta das suas duas viagens a Bruxelas para encetar avanços nas negociações, aos quais apenas o Presidente Bush, na Cimeira da NATO de Fevereiro de 2005, fez rasgados elogios ao chefe de Estado ucraniano, comparando-o até a George Washington, na defesa e luta dos valores em que acreditou. Ao que consta, Jacques Chirac abandonou o certame mais cedo, Schroeder manteve o silêncio e Zapatero não deu grande relevância ao acontecimento. Por outras palavras, houve e continua a haver um certo receio em abraçar a Ucrânia na esfera ocidental, o que defrauda em larga medida as elevadas expectativas da sua população.

Resistir a um possível clima mais hostil com Moscovo pode ser uma das explicações. Medo de perder peso no processo europeu em face da dimensão da Ucrânia – ou, já agora, da Turquia – uma outra. Ambas reflectem o carácter isolacionista e hermético que, por vezes, assola a União Europeia. Com prejuízos para o seu “projecto”. ■

Ficha Técnica

Director *João Marques de Almeida*
Propriedade *Instituto da Defesa Nacional*
Edição *Centro Editorial*
Design, Composição e Impressão *Gabinete de Desenho*
Distribuição *Instituto da Defesa Nacional*
Tiragem *1500 exemplares*
ISSN 1646-1746
Depósito Legal nº 224514/05

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5
1399-017 Lisboa
Tel.: (+351) 21 392 46 00
Fax: (+351) 21 392 46 58
E-mail: idn@idn.mdn.gov.pt
www.idn.gov.pt